

3 Os mapas do medo

3.1. A cidade e os mapas

Ao circularmos pelas ruas da cidade, que elementos nos guiam? Essa é uma pergunta que normalmente não nos fazemos, pois, como Walter Benjamin já escrevera, o difícil não é se achar em uma cidade, mas perder-se nela¹. Os espaços urbanos estão carregados de significados, de sentidos e de direções que normalizam a circulação dos indivíduos. As placas com os nomes das avenidas, praças e ruas criam caminhos pela cidade que podem ser percorridos de diferentes maneiras e estilos. Os itinerários, no sentido em que Michel de Certeau propõe (2005:205), são essas formas subjetivas de praticar o espaço da cidade. Mas há, inexoravelmente, um mapa simbólico que opera fronteiras impalpáveis no cotidiano dos habitantes. São formas discursivas que projetam caminhos a serem seguidos, sejam eles concretos ou simbólicos.

É claro que estas trajetórias determinadas podem ser burladas pela criatividade do homem comum no dia-a-dia, com as suas práticas desviacionistas e as suas inusitadas práticas do espaço, mas não podemos negar que tais possibilidades são balizadas por estruturas mais amplas, instituídas no próprio imaginário da sociedade. Há significações que são produzidas socialmente, por articulações diversas, em vários setores, sendo os meios massivos importantes lugares de produção desses significados.

Ao apontarmos tal questão, precisamos olhar para a cidade não por análises que privilegiam somente os aspectos funcionais. Para indagar-nos sobre os guias dos cidadãos, é preciso pensar a cidade como linguagem, como nos propõe Nestor Canclini:

A problemática urbana como uma tensão entre realização e expressividade tem levado a pensar as sociedades urbanas também como linguagem. As cidades não são somente um fenômeno físico, um modo de ocupar e um espaço de

¹ “Saber orientar-se numa cidade não significa muito. No entanto, perder-se numa cidade, como alguém se perde numa floresta, requer instrução” (Benjamin, 1995:73).

aglomeração, mas, também, lugares onde ocorrem fenômenos expressivos que entram em tensão com a racionalização, com as pretensões de racionalizar a vida social. Tem sido sobretudo as indústrias culturais da expressividade, como constituintes da ordem e das experiências urbanas, as que têm tematizado esta questão² (Canclini, 1997:72) [tradução livre].

Assim, há aspectos da cidade que fogem à racionalização, que já está presente na idéia de urbanização³, e só podem ser alcançados por outro viés. A expressividade é uma das formas de tornar explícito aspectos que são calados quando o “estatuto da técnica” prevalece como única possibilidade. O imaginário urbano, nesta perspectiva que abordamos, é esse conjunto de significações que não cessa de ser recriado cotidianamente através de narrativas e imagens que dão sentido às práticas e, por vezes, abrem um caminho para elas.

A cidade é esse “lugar” privilegiado de constituição do simbólico: este que inexoravelmente cria diferenciações, separações e fronteiras que só existem nas formas expressivas, na linguagem, na narração. Essas fronteiras são formas de dar significado ao espaço urbano, mas que não são estáticas. A mobilidade que estas apresentam vem da própria forma de falar da cidade: as formas de enunciar, articular e, se formos mais longe, de balizar significados.

A idéia de mapa, então, nos parece de grande valia para que possamos mobilizar todo esse aspecto relacionado ao imaginário urbano, pois o mapa nos remete ao olhar que preza pelas demarcações, as distinções, os contrastes, que, com a ajuda da técnica, dá um sentido macro ao espaço micro que é percorrido pelos cidadãos no cotidiano. Além disso, pelos significados que carrega, o mapa é ferramenta de conhecimento, algo que privilegia a visão em detrimento da prática do espaço.

² “La problemática urbana como una tensión entre realización y expresividad, há llevado a pensar también a las sociedades urbanas como lenguaje. Las ciudades no son solo um fenómeno físico, un modo de ocupar e, espacio, de aglomerarse, sino también lugares donde ocurren fenómenos expresivos que entran en tensión con la racionalización, con las pretensiones de racionalizar la vida social. Han sido sobre todo las industrias culturales de la expresividad, como constituyentes del orden y de las experiencias urbanas, las que han tematizado esta cuestión”.

³ No prefácio da edição brasileira de *Imaginários urbanos*, Armando Silva argumenta: “Este livro narra por diferentes vias uma relação estética entre cidadãos e cidade, e que, se hoje estamos diante de um fenómeno novíssimo, que é a não-correspondência entre cidade e urbanismo, pois o urbanismo excede o arcabouço citadino, os imaginários aparecem como uma estratégia (precisamente mais temporal que espacial), para dar conta de processos urbanizadores que não são só manifestações de uma cidade, mas também do mundo que a urbaniza. Enquanto a cidade concentra multidões de cidadãos em limites geográficos mais ou menos precisos e territoriais, o urbano vem de fora para romper os limites físicos, da cidade e, de certa forma, desterritorializá-la. O urbano, assim entendido, corresponderia a um efeito imaginário sobre tudo isso que nos afeta e

No entanto, sabemos que há outras cartografias que guiam os habitantes. Essas são o que poderíamos chamar de mapas simbólicos, que ganham significados no imaginário social através das atividades expressivas ligadas ao cotidiano, como é o caso das mensagens veiculadas nos meios de comunicação massivos. Essas atividades fazem parte de uma economia de relatos que expressam as percepções da cidade. É através desses processos de reconhecimento, de seleção e de expressão que o espaço urbano vai sendo construído no imaginário social.

O habitante de uma cidade, por exemplo, ao contrário de um turista ou um estrangeiro, não precisa de um mapa para se locomover e lê-la. Ele pratica o espaço tendo como guia o seu mapa simbólico, que se confunde com a sua experiência. Quando falamos em mapas simbólicos, queremos suscitar que há certos significados que só podem ser lidos quando há uma vivência, quando o caminhante percorre cotidianamente os labirintos que as ruas parecem formar e, conseqüentemente, acaba por se apropriar, seletivamente, da cidade.

Em todas as cidades, seus habitantes têm maneiras de marcar seus territórios. Não existe cidade, cinzenta ou branca, que não anuncie, de alguma forma, que seus espaços são percorridos e denominados por seus cidadãos. Teríamos, desse modo, pelo menos dois grandes tipos de espaços a reconhecer no ambiente urbano: um oficial, projetado pelas instituições e feito antes que o cidadão o conceba à sua maneira; outro que [...] proponho chamar de diferencial, que consiste numa marca territorial usada e inventada na medida em que o cidadão o nomeia ou inscreve. Haverá muitas e variadas combinações entre um e outro pólo; a noção de limite pode ser útil para compreender que aquilo que separa o espaço oficial do território é uma fronteira descoberta por quem ultrapassa as suas margens. Isto é, porque existe o limite. Acreditamos que se possa aceitar que algo separa o que nos é dado daquilo de que nos apossamos (Silva, 2001:21).

Os mapas parecem ser, então, uma chave de análise importante ao trabalharmos com a problemática dos imaginários urbanos, ainda mais quando a proposta é fazer uma leitura deste imaginário – que é criação incessante – em relação aos medos relacionados à violência urbana. A cartografia, tanto a simbólica quanto a que resulta em mapas materiais que guiam os turistas, por exemplo, é uma escrita definidora de fronteiras e limites⁴. No âmbito simbólico,

nos concebe para fazer-nos cidadãos do mundo: os meios de comunicação, a internet, os sistemas viários, as ciências, a arte, e, enfim, as tecnologias” (2001:X).

⁴ As concepções de fronteira e de limite são, aqui, equivalentes e sugerem aquilo que Armando Silva formulou: “Quando falo em *limite* quero apontar um aspecto não só indicativo mas também cultural. O *uso social* marca as margens dentro das quais os usuários “familiarizados” se

os mapas promovem a criação de fronteiras identitárias: dinâmicas do dia-a-dia que são nutridas de conflitos e tensões. No âmbito da descrição dos territórios, ou seja, no conjunto de estudos e operações científicas, técnicas e artísticas que orientam os trabalhos de elaboração de cartografias, os mapas determinam fronteiras geográficas, que não deixam de ser ao mesmo tempo físicas e mentais.

Como forma de representação, o mapa é um suporte expressivo que junta lugares completamente distintos em uma superfície plana, legível e totalizante. Trata-se de um conjunto de símbolos convencionados, histórica e culturalmente, que remetem a uma visão abstrata, inatingível pela experiência. É, além disso, a concretização do esforço de cristalizar possibilidades e delimitar olhares. Vejamos o que Michel de Certeau formula em relação a essa “vontade de ver de cima”.

Este pensador francês, toma como exemplo os movimentos pedestres em oposição aos mapas, argumentando que aqueles são ações concretas, e que acabam por construir a cidade. Nós não conseguimos localizá-los, pois eles se espacializam, ou seja, são as táticas⁵ dos indivíduos sendo praticadas em um espaço. Essas operações de camadas podem ser traçadas em um mapa: transcrição dos caminhos trabalhados e trajetórias seguidas. No entanto, estas planificações da caminhada pela cidade deixam escapar o que passou, ou seja, o próprio ato de passar: o instante. A experiência se reduz a algumas setas em meio a mapas, retirando todo e qualquer grau de complexidade dessas trajetórias.

auto-reconhecem e fora das quais se localiza o estrangeiro ou, e outras palavras, aquele que não pertence ao território. Reconhece-se um território precisamente em virtude da “visita” do estrangeiro, que sob diversas circunstâncias deve *ser-indicado* fora do campo respectivo. Cumpre dizer que em nosso vocabulário o território ‘territorializa-se’ na medida em que estreita os seus limites e não permite (sobretudo exclui) a presença estrangeira” (Silva, 2001:19).

⁵ Michel de Certeau propõe uma diferenciação entre os conceitos de tática e estratégia. “Com respeito às estratégias, chamo de *tática* a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. A tática joga com o terreno que lhe é imposto, que é organizado pela lei de uma força estranha. Ela não tem meios de se manter a uma distância que proporcione a previsão: a tática é movimento dentro do campo de visão do inimigo, como dizia Von Büllow, e no espaço por ele controlado. Ela não tem, portanto, a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável [...] Ela aproveita as ‘ocasiões’ e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva” (Certeau, 2005:100). “As estratégias são, [por outro lado], ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem. Elas combinam esses três tipos de lugar e visam dominá-los uns pelos outros. Privilegiam, portanto, as relações espaciais. Ao menos procuram elas reduzir a esse tipo, as relações temporais pela atribuição analítica de um lugar próprio a cada elemento particular e pela organização combinatória dos movimentos específicos a unidades ou a conjuntos de unidades. O modelo para isso foi antes o militar que o científico” (Certeau, 2005:102).

A operação de andar, perambular, ou “ver vitrines”, isto é, a atividade dos passantes, transforma-se em pontos que traçam uma linha totalizante e reversível no mapa [...] Visível em si, [o mapa; a superfície da projeção] tem o efeito de tornar invisível a operação que a possibilitou. Essas fixações constituem procedimentos para o esquecimento. O traço que se deixou para trás é substituído pela prática. Ele exhibe a propriedade (voraz) que o sistema geográfico tem de ser capaz de transformar a ação em legibilidade, mas ao fazê-lo provoca o esquecimento de uma maneira de ser no mundo (Certeau, 1994:29).

Certeau nos diz que o mapa, ou seja, o olhar fotográfico-panorâmico, acaba por tornar invisível toda a caminhada que o possibilitou. Retira-se da representação toda a complexidade de olhar “por baixo”, ao rés do chão. É o mesmo tipo de operação que ocorre ao olharmos a cidade do alto de um arranha-céu. O olhar cartográfico quer tornar tudo legível, afastando-se, assim, de entender o mundo pelas práticas, pelas ações.

A questão do “legível”, que também foi desenvolvida por Roland Barthes⁶, é importante na medida em que tratamos o mapa como texto. A alternativa ao legível é o escrevível, que é um valor, algo que deve ser prezado. Entre o legível e o escrevível está o leitor, o cidadão, aquele que vive a cidade. Portanto, enquanto apenas legível, a relação do leitor com o texto é a de consumidor. De outro modo, enquanto escrevível, o leitor é um produtor do texto.

O objetivo desta forma de construir um saber (o legível), que Certeau e Barthes criticam severamente, é tornar o mundo apreensível por um ponto de vista único. Isso quer dizer que há uma centralização no texto legível. Essa hierarquia pretende minimizar a função do leitor em sua relação com o texto. Em outras palavras, de acordo com essa perspectiva, há um significado no texto que é anterior à própria leitura. O texto legível é, então, uma aspiração de totalidade, pois ignora a inexorável precariedade e parcialidade de qualquer discurso. Só que o cotidiano não está aí nessa totalização, o cotidiano está no chão, nos detalhes que se proliferam nas maneiras de fazer, de agir e de se apropriar dos textos (escrevível).

Em sua forma final, aquela que é visível, o mapa contemporâneo não nos deixa ver os andaimes que possibilitaram sua construção. O produto da cartografia moderna é um tipo de representação que atravessa os lugares e sai ilesa, sem

⁶ Cf. Barthes, 1992:38.

marcas aparentes dos lugares de onde passaram⁷. De fato, os lugares são a própria possibilidade dessas representações, mas os mapas – com suas regras de escrita – têm como característica esse olhar distanciado, que apaga detalhes, itinerários e práticas de espaço. Eles são a consubstanciação da ficção de um olhar-total, essa ficção que é, decerto, a ação de imaginar por uma perspectiva única e que se quer verdadeira.

Mas se a questão aqui é propriamente a produção de um imaginário social do medo, que mapas estão presentes nessas representações? O que propomos, aqui, é uma análise dos mapas como escritas produtoras de significado no imaginário urbano, por isso, os mapas serão tomados por sua potencialidade de organização de um imaginário do medo, como forma expressiva, e, também, como vocabulário que é utilizado para dar sentido às inúmeras violências – que na imprensa estão relacionadas, majoritariamente, à idéia de criminalidade – que são praticadas nas metrópoles contemporâneas.

Partimos da idéia de que essas representações influenciam as práticas cotidianas das pessoas, que, por exemplo, praticam seus itinerários de acordo com um mapa simbólico construído, incessantemente, por narrações que dão sentido aos elementos que compõem a cidade.

Cada cidade tem seu próprio estilo. Se aceitamos que a relação entre coisa física, a cidade, sua vida social, seu uso e representação, suas escrituras, formam um conjunto de trocas constantes, então vamos concluir que em uma cidade o físico produz efeitos no simbólico: suas escrituras e representações. E que as representações que se façam da urbe, do mesmo modo, afetam e conduzem seu uso social e modificam a concepção do espaço (Silva, 2001:XXIV).

Podemos visualizar melhor o que estamos falando ao propormos, por exemplo, a idéia de um mapa da violência, que, conseqüentemente, é também um mapa do medo. Com o crescimento do número de crimes violentos no Brasil, principalmente a partir da década de 1980, uma série de novas estratégias que

⁷ Ao descrever imagens de um viajante em um trem, Certeau nos fala sobre as condições para que alguma coisa circule nos diferentes espaços. A bolha da ordem panóptica atravessa os espaços heterogêneos e consegue se manter independente das raízes locais, ou seja, as raízes de onde está sendo reterritorializado. Trata-se do próprio movimento de desterritorialização, ou seja, uma ordem que consegue atravessar características locais. Assim é definido o poder panóptico. É o poder da imobilidade e da estabilidade da ordem. “Só viaja uma célula racionalizada. Uma bolha do poder panóptico e classificador, um módulo do isolamento que torna possível a produção de uma ordem, uma insularidade fechada e autônoma, eis o que pode atravessar o espaço e se tornar independente das raízes locais” (2005:193).

simulam proteção e segurança foram colocadas em prática. A construção de muros, como aponta Teresa Caldeira⁸, foi a mais emblemática dessas reformulações do espaço urbano.

A autora elabora argumentos em torno da crescente segregação espacial que vem ocorrendo na cidade de São Paulo (e, também, em outras metrópoles do mundo), levantando questões, sobretudo, em relação aos discursos que falam da violência e o que esses discursos têm a explicar ou atestar sobre uma reconfiguração do espaço público brasileiro. Além disso, a tese elaborada tenta analisar o processo de redemocratização no Brasil pelo viés dos direitos civis, mostrando como a violência e a utilização da força de forma não-oficial ou privada sempre estiveram presentes na ordem social do país. A democracia, da forma como se configurou no Brasil, é caracterizada como disjuntiva, ou seja, como uma ordem social explicitamente segregada.

Segundo Caldeira, essas estratégias de proteção e reação em relação à violência têm conseqüências em dois âmbitos principais:

Tanto simbólica quanto materialmente, essas estratégias operam de forma semelhante: elas estabelecem diferenças, impõem divisões e distâncias, constroem separações, multiplicam regras de evitação e exclusão e restringem os movimentos. Muitas dessas operações são justificadas em conversas do dia-a-dia cujo tema é o que chamo de fala do crime. As narrativas cotidianas, comentários, conversas e até mesmo brincadeiras e piadas que têm o crime como tema contrapõem-se ao medo e à experiência de ser uma vítima do crime e, ao mesmo tempo, fazem o medo proliferar (Caldeira, 2003:9).

A proliferação do medo como fantasma da cidade está intimamente ligada a esse avanço estatístico da violência nas metrópoles brasileiras, pois a violência relacionada com o crime tem a potencialidade de acumular uma tensão que, por vezes, não é liberada através do sistema de compensações do Estado (Justiça), mas somente pelos relatos das vítimas. Quando as tensões são fortes, as falas se

⁸ Cf. Caldeira, 2003.

disseminam rapidamente, criando um contágio que estimula o *fantasma urbano*⁹, ainda que, em grande parte, através de boatos¹⁰.

A partir desta formulação, concluímos que o medo se dissemina, muito em parte, pelo ato de narrar. É o relato que o faz circular pela cidade ou pelo mundo, com fundamentos concretos ou não. O medo toma carona nos meios de transporte – os relatos –, de que nos fala Certeau, atravessando e organizando lugares. Essas narrativas do cotidiano, sejam elas orais ou mesmo as disseminadas massivamente pelos meios de comunicação, são por onde os significados são produzidos, e por onde articulações simbólicas influem nas práticas sociais.

Nesse sentido, esses relatos são como mapas, que guiam os turistas pelas ruas desconhecidas, organizando os lugares e sugerindo significados tanto através de suas linhas, como também por seus ícones e pela escrita que, geralmente, os acompanham. Mas, se concluímos que os relatos organizam lugares, então, que tipo de organização e de práticas geram os relatos da violência urbana?

Em reportagem do dia 05/11/06, intitulada “As cicatrizes da violência” o jornal *O Globo*, utilizando a rubrica da série “A guerra do Rio” (que será abordada mais à frente neste trabalho), mostra o resultado de uma pequena pesquisa feita com sessenta pessoas, dentre especialistas em segurança, representantes de setores da economia, vítimas e pais, que definiram trinta e cinco hábitos do cotidiano que mudaram, por causa do medo da violência, em comparação com o começo da década de 1980, justamente a década que se tornou o marco do avanço da violência entre alguns pesquisadores da área¹¹. A reportagem começa com o seguinte texto:

⁹ “Chamo *fantasma urbano* àquela presença indecifrável de uma marca simbólica na cidade, vivida como experiência coletiva, por todos os seus habitantes ou uma parte significativa deles, através da qual nasce ou se vive com uma referência de caráter mais imaginário do que de comprovação empírica. Ou seja, na vida cidadã existem fatos, idéias ou projetos que dão maior margem para a produção imaginária que outros” (Silva, 2001:55).

¹⁰ “O boato, ao conectar uma lógica possível ao acontecimento, tem base para ser aceito, pois dá-se quando existe uma boa disposição para crer. A base para que um boato cresça é que seja possível, porém quando o grupo social permanece alterado emocionalmente muitas coisas impossíveis podem parecer fatalmente possíveis. Eis a chave do problema. E na busca da sua simbologia há quem proponha a analogia do boato com o comportamento deformador e de produção em cadeia dos chistes, as autobiografias, os testemunhos ou as lendas” (Silva, 2001:51).

¹¹ A antropóloga Alba Zaluar é uma das que defendem a idéia do avanço da violência nas grandes cidades brasileiras, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, a partir da década de 1980. Cf. Zaluar, 2006.

Cantado em 1962 por Ronaldo Bôscoli e Roberto Menescal no “Barquinho”, clássico da bossa nova, o Rio foi deixando aos poucos de ser simplesmente um lugar de paz e de dias tão azuis. A Cidade Maravilhosa se transformou no “Rio 40 graus” – o purgatório da beleza e do caos, retratado por Fernanda Abreu na década de 90 – e aderiu aos “proibidões” do funk, que cultuam o tráfico de drogas. A violência, que marcou o Rio sobretudo nos últimos 25 anos, deixou profundas cicatrizes físicas, na economia e no comportamento dos cariocas (*O Globo*, 05/11/06, p.19)¹².

As mudanças no cotidiano da cidade foram divididas em três categorias: urbanísticas, físicas e comportamentais, além de outras dezessete mudanças variadas.¹³ A ênfase é em relação aos dispositivos de segurança que se tornaram itens imprescindíveis no dia-a-dia. Mas, há, também, pontuações em relação aos modos de transitar pela cidade. As mudanças comportamentais surgem, em grande parte, pelo imaginário do medo, recriado e repetido massivamente todos os dias. Essas narrativas afetam as próprias práticas sociais, como as listadas nessa pequena pesquisa realizada pelos jornalistas.

Há marcas precisas de ruptura que são representadas através da elaboração de pequenos detalhes que, em conjunto, são articulados de forma a criar sentidos ordenadores das mudanças na sociedade carioca. A “escalada da violência” é tida como um processo traumático que possibilita a escrita de uma história por duas demarcações temporais: um “antes” e um “depois”. Essa simplificação é um recurso retórico utilizado em muitos dos discursos que produzem a *guerra de*

¹² Essa visão de uma “escalada da violência” é, também, utilizada por Zuenir Ventura em seu livro *Cidade partida* (1994), que narra a disseminação da violência na cidade do Rio de Janeiro, ao longo do século XX, até o episódio que ficou conhecido como a “Chacina de Vigário Geral”, no começo da década de 1990.

¹³ As trinta e cinco mudanças listadas pelo jornal são, em ordem: (1) noites vazias; (2) uso de táxi e van para levar e buscar jovens em festas à noite; (3) maioria dos bares e restaurantes começa a fechar às 23h30; (4) a troca do carro por táxis de cooperativas principalmente à noite; (5) guaritas (mais recentemente blindadas) e cancelas; (6) câmeras por todos os cantos; (7) intensificação do uso de grades; (8) blindagem de janelas, paredes e portões; (9) cercas eletrificadas; (10) crianças deixam de brincar na porta de casa, mesmo nos subúrbios; (11) carros com alarme; (12) insulfim nos carros; (13) blindagem de carros; (14) GPS em veículos; (15) crescimento de entregas à domicílio; (16) entregadores deixaram de subir Santa Teresa após às 18h; (17) aumento da segurança privada nas ruas e portas de lojas; (18) sensor de presença; (19) identificação eletrônica por cartão, placa de carro e até por digitais nos novos condomínios; (20) vaga de alerta de segurança em condomínios; (21) expansão de shoppings; (22) surgimento de mais condomínios fechados; (23) barricadas nos acessos de favelas; (24) câmeras em ônibus; (25) implantação de clubes em condomínios e fechamento de clubes tradicionais; (26) de madrugada, farmácias passaram a atender por uma janela blindada; (27) indústrias e estabelecimentos comerciais fecharam ou deixaram o Rio; (28) proliferação de portas giratórias em bancos; (29) curso de segurança para porteiros; (30) ter celular, carteira e até bolsa para o ladrão; (31) ida à praia só de roupa de banho; (32) uso do celular para monitorar os filhos; (33) depois de 20h, táxis evitam Linha Amarela, Avenida Brasil, Túnel Zuzu Angel e Avenida Martin Luther king Jr.; (34)

*relatos*¹⁴ do cotidiano, inclusive, o próprio discurso jornalístico. Essa divisão é uma tentativa de produção de fronteiras simbólicas que delimitam um “bem” e um “mal”, estrutura muito comum nas reflexões sobre a violência urbana. A conseqüência mais imediata dessa forma de narrar os crimes é a produção, como mencionamos anteriormente, de uma *fantasmagoria*¹⁵.

Esse fantasma, que não é da ordem do visível, do totalizável, é uma forma compartilhada de vivenciar a cidade, e ele é, em grande parte, criado, no mundo contemporâneo, pelos relatos massivos. Dessa maneira, a nossa perspectiva focaliza a questão da violência urbana e analisa o fantasma do medo que é socialmente vivenciado pelas percepções coletivas que temos do espaço urbano. Quando falamos de percepções, inexoravelmente, mobilizamos a relação entre o imaginário e o simbólico: o imaginário é manifestado, em linhas gerais, pelo simbólico, por aquilo que expressa e ativa significados através da linguagem, do texto, das imagens, da conversa, enfim, dos relatos de uma maneira geral.

O medo se dissemina, também, em outro âmbito, por essas práticas de vigilância maquínica, em que câmeras e dispositivos variados tentam suprir a “segurança perdida”, simulando e narrando um porto seguro nos lugares privados em que as classes abastadas circulam. O espaço público torna-se, de forma acentuada, o lugar do encontro com o medo. Os desconhecidos da multidão tornam-se criminosos em potencial¹⁶.

Dentre os relatos que compõem a reportagem “Cicatrizes da violência”, destacamos uma inusitada narração em relação às mudanças de comportamento:

Vítima várias vezes de assaltantes, a professora aposentada Helena Moreira, de 62 anos, resolveu criar seus próprios meios de defesa. Ela tem até a bolsa do ladrão, que põe no banco do carona de seu carro. Nessa bolsa coloca celular quebrado, carteira com alguns trocados, guarda-chuva, batom, papéis e um tíquete do metrô. A bolsa com documentos, dinheiro e cartões fica escondida sob o banco. – Saio

criação de códigos para familiares a fim de identificar falsos seqüestros-relâmpagos; (35) saídas nas ruas à noite só em grupos.

¹⁴ Expressão utilizada por Michel de Certeau: “A cidade é o teatro de uma guerra de realtos, como a cidade grega era o campo fechado de guerras entre os deuses. Entre nós, os grandes relatos da televisão ou da publicidade esmagam ou atomizam os pequenos relatos das ruas ou de bairros” (Certeau, 1994a:203) [tradução livre].

¹⁵ “Será fantasmagórica qualquer cena que represente uma produção social do fantasma. O cenário de fundo corresponde à cidade e sua realização, como ente fantasioso que afeta uma conduta cidadã: corresponde ao *efeito imaginário sobre o acontecer cotidiano da cidade*” (Silva, 2001:55).

¹⁶ É preciso ressaltar, contudo, que, em grande parte, o estereótipo do bandido que é produzido pelas imagens veiculadas na imprensa tem conotações de classe social.

preparada para o ladrão – contou ela, que tem moedas no console, e notas no pára-sol do carro, para entregar a pedintes que possam oferecer perigo (*O Globo*, 05/11/06, p.19).

Uma declaração como essa é indício de que a forma de narrar a violência pelos meios de massa – que é um importante contribuinte na produção do imaginário social – sugere que a idéia de medo é uma forma de produzir subjetividades, ou melhor, uma forma de controle social através de instâncias simbólicas. A maneira como se narra a violência, as linguagens utilizadas, as escolhas realizadas, as maneiras como essas narrativas chegam às pessoas, são fundamentais para entendermos a produção de uma realidade medonha.

Além disso, tal declaração nos fornece a referência de mapa em relação ao imaginário do medo. A idéia de que a cidade é o habitat do perigo e que é preciso mapear mentalmente os “lugares perigosos” não vem somente da experiência da violência. Essa experiência pode, de fato, produzir traumas, mas, não podemos negar que a repetição cotidiana das narrativas da violência e do medo nos meios jornalísticos de massa são grandes formatadores e incentivadores da imagem da cidade em estreita relação com a periculosidade extrema. Narrar os crimes não é uma prática somente expressiva, mas, também, produtiva, pois têm essa estreita relação com as práticas sociais.

O medo e a fala do crime não apenas produzem certos tipos de interpretações e explicações, habitualmente simplistas e estereotipadas, como também organizam a paisagem urbana e o espaço público moldando o cenário para as interações sociais que adquirem novo sentido numa cidade que progressivamente vai se cercando de muros. A fala e o medo organizam as estratégias cotidianas de proteção e reação que tolhem os movimentos das pessoas e restringem seu universo de interações (Caldeira, 2000:27).

Assim, o medo como fantasma urbano vem sendo mobilizado incessantemente pelos meios de comunicação, gerando uma disseminação que pode ser definida como contágio social. Práticas que visam a segurança privada vão se espalhando e modificando o espaço urbano tanto materialmente como no imaginário social. A conseqüência desse avanço, no entanto, parece ser uma intensificação do conflito e uma evidente desdemocratização do espaço público, pois o medo passa a ser a linguagem utilizada para justificar ações autoritárias no Brasil.

Então, quando analisamos tanto os mapas quanto os relatos, estamos em busca das conseqüências dessas simbologias no imaginário urbano e, logo, na organização do espaço público. Nisso, não podemos deixar de mencionar, há uma idéia política que faz do medo uma defesa e, ao mesmo tempo, uma arma de ataque.

3.2. Geografia da violência

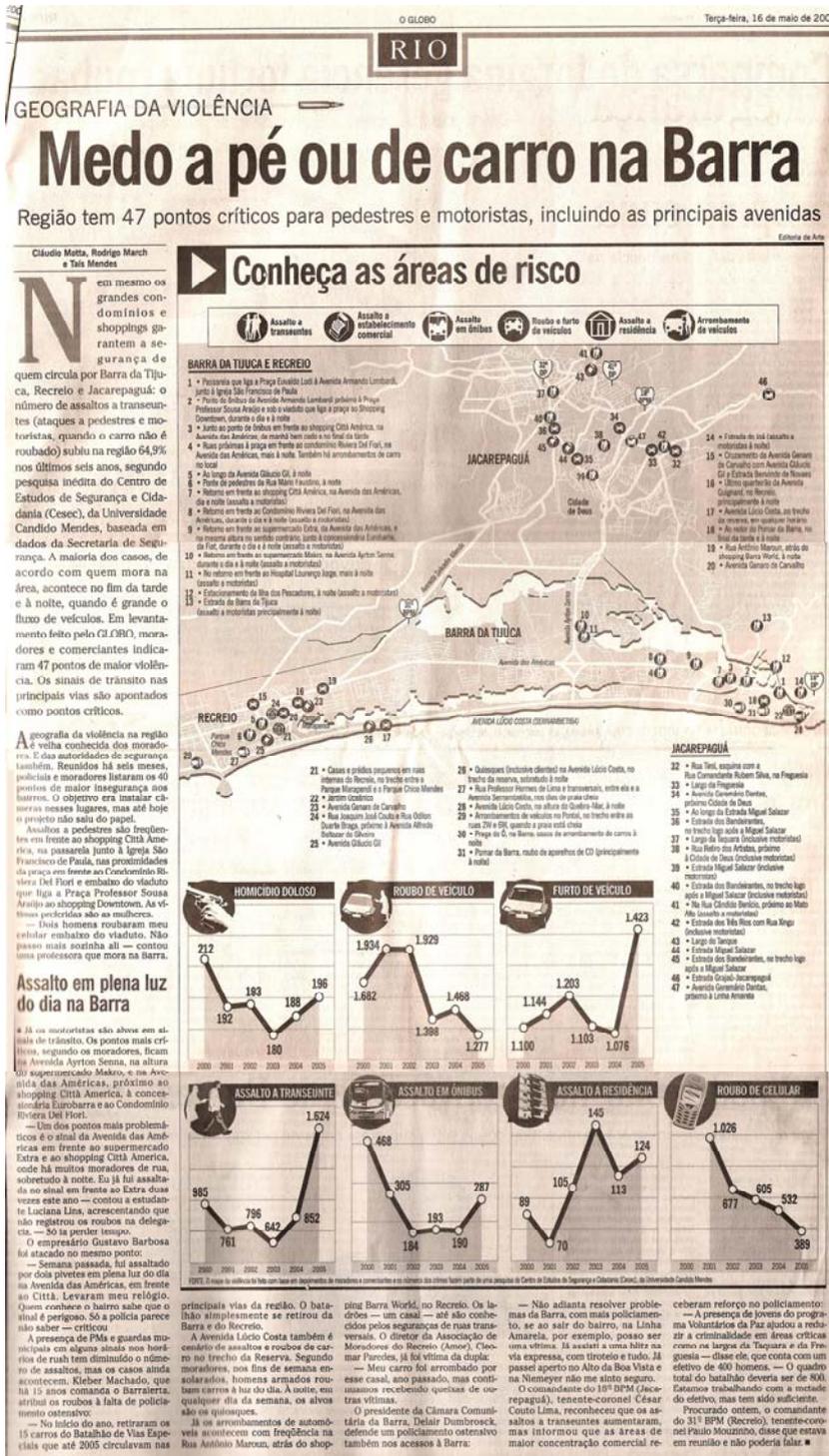


FIGURA 4¹⁷

¹⁷ O Globo, 16/05/06, p. 18.

Se no capítulo anterior tratamos de uma série de reportagens que enfatizava um sentido temporal ao narrar a violência e o medo na cidade, agora, seguimos com outra série que, em outro sentido, aponta para a questão espacial-geográfica. No esforço jornalístico de representar a cidade pela ótica da violência, tendo como consequência a produção de um imaginário do medo, as notícias se repetem ao mesmo tempo em que se diferenciam: são repetitivas ao representar o espaço público como o lugar da violência, da insegurança e do medo; e são diferenciadas ao narrar os mesmos temas de formas diferentes, com outras histórias, outras personagens.

O objetivo de nossa análise, então, não é propriamente buscar as estruturas das formas de narrar o cotidiano da cidade, mas, sim, identificar e analisar as relações que são estabelecidas para a produção dos sentidos da violência quando narrada nos periódicos massivos aqui pesquisados. A produção de sentido é, assim, o próprio ato de articular, de estabelecer relações.

Por essa perspectiva, nos colocamos no papel de leitor anacrônico – na medida em que lemos os jornais fora de suas especificidades cotidianas (cronologia, fragmentação e periodicidade diária) – criando, dessa forma, uma distância mais apurada em relação ao que se lê. Abordaremos, neste capítulo, a série “Geografia da violência”, que foi publicada no jornal *O Globo*, entre os dias 14 e 20 de maio de 2006.

Essa reportagem especial é baseada nos resultados de uma pesquisa realizada em 2006 pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania¹⁸ (Cesec), da Universidade Cândido Mendes, que produziu uma “Geografia da violência na região metropolitana do Rio de Janeiro”¹⁹, através da análise de registros de ocorrência da Polícia Civil, divulgados pela Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro entre 2000 e 2005.

Para tecer, estatisticamente, a geografia da violência na Região Metropolitana, diante das poucas fontes disponíveis para pesquisas de tal natureza, o grupo de pesquisadores do Cesec utilizou sete variáveis relacionadas à violência urbana, sendo estas variáveis divididas em:

¹⁸ <http://www.ucamcesec.com.br>

¹⁹ <http://www.ucamcesec.com.br/arquivos/publicacoes/boletim11web.pdf>

- crimes violentos contra a pessoa: (1) homicídios dolosos e (2) lesões corporais dolosas;
- crimes violentos contra o patrimônio: (3) roubo de veículo, (4) assalto a transeunte, (5) assalto a residência, (6) assalto em transporte coletivo;
- indicador de violência policial: (7) autos de resistência – que registram mortes de civis pela polícia.

De forma complementar, foi utilizada a razão roubos/furtos de automóveis como método para medir o “teor” de violência utilizado com o mesmo fim, que, no caso, é a subtração do veículo, em cada uma das regiões do Estado. Essas categorias foram definidas pelo Cesec como a melhor forma de aferir os índices espaciais/geográficos da violência no Estado do Rio de Janeiro.

Partindo desses dados e de artigos publicados em decorrência deste estudo, a editoria Rio do jornal *O Globo* lançou uma série de reportagens veiculando uma região da cidade a cada dia. Em ordem cronológica, as seis regiões focalizadas foram: Zona Sul, Centro, Barra da Tijuca, Zona Norte, Niterói / São Gonçalo e Vias expressas (Avenida Brasil, Linha Vermelha, Linha Amarela). No sétimo dia da série, o jornal publicou as soluções propostas por especialistas e autoridades em relação aos problemas de segurança pública apontados pelos jornalistas com base na pesquisa quantitativa e nos relatos de moradores e comerciantes da cidade.

É importante ressaltar que o jornal *O Globo* encomendou a pesquisa ao Cesec tendo uma estratégia de publicação já elaborada antecipadamente, explorando a especificidade dos jornais de bairro que são editados a cada semana como suplemento. No relatório publicado no site do Cesec, os pesquisadores apontam as particularidades e diferenças entre o projeto inicial e o que de fato foi publicado pelo jornal.

No início de 2006, por solicitação do jornal *O Globo*, agregamos as circunscrições policiais em 10 zonas maiores, correspondentes *grosso modo* às áreas cobertas pelos cadernos de bairro que o jornal publica semanalmente: Baixada, Barra, Centro, Ilha, Niterói, Serra, Tijuca, Zona Norte, Zona Oeste e Zona Sul. O objetivo era traçar o perfil da segurança de cada área, a ser divulgado nos respectivos cadernos, e ao mesmo tempo ressaltar as diferenças entre as 10 áreas em reportagem a ser publicada na Editoria Rio, na mesma semana, contendo dados comparativos e opiniões de especialistas no tema. [...] Por razões editoriais, esse projeto sofreu várias mudanças e resultou em uma seqüência de matérias

publicadas na própria editoria Rio, sob o título geral de “Geografia da violência”, contemplando apenas cinco das 10 áreas e apresentando, na reportagem de abertura, alguns dos dados comparativos produzidos pelo CESeC (*O Globo*, 14 a 18 de maio de 2006). Além das áreas cobertas pelos cadernos Serra e Ilha, foram excluídas as da Baixada, da Zona Oeste e da região de subúrbios que apelidamos de Zona Norte 2, justo aquelas que aparecem nos primeiros lugares em quase todos os *rankings* de criminalidade e violência. Entretanto, como repercussão a esse conjunto de matérias, os cadernos *O Globo Zona Oeste* e *O Globo Baixada* chegaram a publicar alguns dos dados específicos das áreas, respectivamente nos dias 21 e 28 de maio de 2006 (Musumeci; Silva; Conceição, 2006:2).

Desde a escolha das regiões que seriam publicadas até a própria ordem de veiculação destas ao longo da semana indicam uma hierarquia. Ao excluir cinco regiões da pauta, de um total de dez, fica evidenciado o tipo de seleção feita pelos editores. Há lugares e regiões que deixam de fazer parte da cidade nesta série que tenta produzir uma análise da violência. A Zona Norte 2²⁰ foi eliminada, assim como a Baixada Fluminense, apesar de serem regiões com alto índice de ocorrências criminais. Esses bairros também têm pouca inserção nas notícias do cotidiano. Um crime que aconteça em qualquer um desses bairros terá menos atenção que um crime que ocorra da Zona Sul.

Essa hierarquia está presente também na ordenação da série. A apresentação de “Geografia da violência”, no primeiro dia de publicação, é acompanhada do mapa da Zona Sul. Nos dias subsequentes, conforme a série vai se repetindo, as reportagens vão ganhando menos espaço e um menor destaque. Logo, as regiões que são narradas nos primeiros dias são privilegiadas pelos jornalistas.

As reportagens desta série não são apenas uma ilustração dos números aferidos na pesquisa, pois outras estratégias de enunciação são utilizadas. Em uma nota muito pequena ao pé do gráfico, o jornal exhibe sua fonte e diz: “O mapa da violência foi feito com base em depoimentos de moradores e comerciantes e os números dos crimes fazem parte de uma pesquisa do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec), da Universidade Cândido Mendes”. É importante ressaltar que a série funde o aparato estatístico com o testemunho/fala do crime. São dois discursos que, na reportagem, tornam-se complementares. O testemunho

²⁰ Na pesquisa do Cesec, corresponde aos bairros Vila Kosmos, Vicente de Carvalho, Vila da Penha, Vista Alegre, Irajá, Colégio, Rocha Miranda, Honório Gurgel, Coelho Neto, Campinho, Quintino Bocaiúva, Praça Seca, Cascadura, Cavalcanti, Engenheiro Leal, Madureira, Vaz Lobo, Turiaçu, Oswaldo Cruz, Bento Ribeiro, Marechal Hermes, Acari, Barros Filho, Costa Barros, Pavuna, Parque Colúmbia, Complexo do Alemão, Olaria, Penha, Penha Circular, Brás de Pina, Cordovil, Parada de Lucas, Vigário Geral, Jardim América.

torna-se um pequeno exemplo que repete, em uma escala micro, um modelo de violência desenhado pela estatística e pela cartografia, que são escalas macro.

Em vários momentos da série, os números são associados a algum caso que está sendo reportado.

Os roubos no Centro são freqüentemente presenciados por Maxwell Pinheiro de Araújo, de 35 anos, zelador-chefe do edifício Claridge, na Avenida Presidente Antônio Carlos. Somente na última quarta-feira ele viu três assaltos, todos cometidos pelo mesmo ladrão. O rapaz roubava celulares ou carteiras, fugia e depois voltava para o mesmo local. O relato é um retrato fiel das estatísticas: de 1º de janeiro a 8 de maio deste ano, ocorreram ali 89 roubos de celulares, de acordo com a Polícia Civil (*O Globo*, 15/05/06, p. 14).

É preciso notar a função do jornalista enquanto narrador das estatísticas. Há um esforço retórico para sugerir que o discurso testemunhal corresponde a uma realidade que pode ser provada pelos números e vice-versa. Os números brutos não dizem nada. O que dá sentido a tais informações são as articulações que o texto contém: o testemunho das vítimas da região, a fala do crime que indicou os pontos de maior sensação de perigo e de medo, as fotos e suas legendas, a formatação das reportagens como série descontínua, a própria relação de repetição entre os testemunhos citados na reportagem.

“Geografia da violência” é uma série fechada²¹ que promove uma representação da violência de forma menos fragmentada, e mais fundamentada em números estatísticos, estabelecendo cartografias que simbolizam crimes em associação com uma idéia específica de violência: crimes contra o patrimônio e contra a pessoa. Indo além dos números, a reportagem pontua dezenas de ruas, praças e esquinas “onde o perigo bate ponto”²², nomeando tipos diferentes, por exemplo, de assaltos a transeunte. Através de relatos de moradores e comerciantes de cada região, os textos ressaltam as modalidades de assalto “saidinha de banco” e “tampar”, que, respectivamente, consistem em: assaltar alguém que tenha acabado de sacar dinheiro de um banco; agredir a vítima com um tapa na orelha para desnordeá-la e roubar-lhe a bolsa ou o telefone celular.

²¹ Neste trabalho, optamos por definir as séries de reportagens em abertas e fechadas, segundo o critério de planejamento e continuidade. As séries “A guerra do Rio” e “Guerra Urbana” são, aqui, classificadas como abertas por não terem uma delimitação antecipada do número de edições em que seriam veiculadas. As séries “24 horas” e “Geografia da violência” foram planejadas para serem veiculadas ao longo de uma semana, cada uma.

²² Título principal utilizado na reportagem da série na edição do dia 15/05/06.

Além das 40 mil pessoas que escolheram o Centro do Rio para morar, os trabalhadores que diariamente freqüentam a área – coração financeiro da cidade – também convivem com o perigo. Uma população circulante de dois milhões, boa parte empregados de empresas localizadas no bairro, não tem escolha e se expõe diariamente ao risco de assaltos, que estão em primeiro lugar no ranking de crimes na região, e também a roubo de celulares, ao golpe conhecido como “saidinha de banco” e a roubos e arrombamentos de carros (*O Globo*, 15/05/06, p.14).

Apesar disso [grande número de assalto a transeuntes], os especialistas estão preocupados com outros crimes que também têm crescido e com o fato de os bandidos usarem táticas cada vez mais ousadas de ataque. Uma delas, por exemplo, é um tipo de roubo de celular chamado de “tampar”, em que a abordagem da vítima é mais violenta. Menores dão um tapa na orelha da pessoa quando ela está ao telefone e pegam facilmente o aparelho que cai no chão. O roubo de celulares está em segundo lugar entre os crimes mais freqüentes no Centro: a média anual foi de 1.208 casos de 2000 a 2005 (*O Globo*, 15/05/06, p.14).

Assim, três elementos básicos estão presentes em “Geografia da violência”:
(1) os mapas (com seus ícones e legendas), (2) os relatos testemunhais que servem como concretizações dos ícones dos mapas, e (3) a rubrica estilizada que cria uma diagramação específica para a série. Esses elementos serão tomados como instâncias que possibilitam análises da sociedade através do imaginário, ou seja, partirei desta formas de enunciação para mostrar certos aspectos que estão ligados à violência criminal no Brasil, mas que não aparecem nesses mapas propostos pela série.

É preciso, então, mobilizar estes textos através de interpretações que leiam não somente o visível que está na superfície do mapa, mas os próprios andaimes que possibilitaram a construção de tal tipo de representação. A importância disso é mostrar que a perspectiva que privilegia o Estado penal é aquela que não propõe mudança alguma, mas apenas reage aos conflitos que surgem no seio da sociedade através de uma apologia ao autoritarismo, que marca a própria história do país.

3.2.1. Mapas

A idéia de mapa simbólico apresentada no início deste capítulo é uma referência ao processo de ordenação e significação da violência no imaginário social urbano. A série “Geografia da violência” surge, então, como uma explícita expressão e produção de fronteiras guiadas pelo medo da violência. A combinação entre estatísticas e testemunhos produz uma idéia de um real que pode ser comprovado em todos os sentidos (tanto pela experiência pessoal quanto pela visão matemática) e, por isso, é concebido como insuperável: não há nada além.

Essa “imanência” que está atrelada à idéia de cotidiano e de cidade na repetição diária dos jornais pode ser lida através das sínteses operadas na escrita cartográfica em sentido estrito. O mapa, com a sua forma peculiar de escrita e de esquecimento, opera seleções em que os elementos que não são representados não deixam de ter significado. As ausências são, também, produtivas, pois possibilitam o surgimento de trilhas legíveis no labirinto da cidade.

Trazer à tona o caminho principal ou, ainda, aquele que deve ser evitado dá ao mapa um caráter muito específico: ele é instrumento de prevenção. Munidos de uma carta geográfica, estamos aptos a planejar uma caminhada e, somente pela leitura, afirmar e negar caminhos que ainda serão trilhados.

Nesse sentido, nos mapas veiculados na série de reportagens “Geografia da violência”, o que vemos não são apenas linhas brancas, traçadas em contraste com um fundo escuro, que formam um emaranhado de retas e curvas que não têm nenhuma relação estreita com qualquer coisa concreta.

FIGURA 5²³

A síntese cartográfica, ao contrário, é meio de enunciação para formalizar uma definição: a violência, por estar espalhada e disseminada ao ponto de captarmos suas marcas através de mapas, torna-se um estado crônico da sociedade. Desse modo, a imagem acima funciona não só como representação de padrões que se repetem, mas, também, como ferramenta de antecipação, de salvaguarda.

Espalhados por essas linhas, há ícones²⁴ numerados que são descritos por uma legenda: assalto a transeunte e roubo de celular; roubo, furto de veículos e

²³ *O Globo*, 15/05/06, p. 14.

arrombamentos; assalto a estabelecimento comercial; assalto em ônibus, assalto à residência; Delegacia de Polícia, Quartel General da Polícia Militar. Além desses elementos, alguns nomes de ruas e praças delimitam lugares: avenidas principais, estações de metrô.

Por essa perspectiva cartográfica, vemos a cidade pelas lentes dos crimes violentos. As ruas perdem os nomes e deixam de nos guiar, como nas caminhadas. Apagamos todas as nossas referências simbólicas que foram sendo apropriadas ao longo das vivências e leituras da cidade, e destacamos apenas os riscos. Se caminharmos por esse mapa, não há dúvida: seremos vítima de alguma violência.

A lógica que rege essa forma de dar sentido ao espaço urbano se baseia na crença de que há uma condição crônica de violência, quase como um ambiente em alerta generalizado: nós e os dispositivos de segurança estamos em estado de emergência a todo momento. A consequência disso é o desenvolvimento de uma urgência generalizada. Essa, por sua vez, cria o espaço para a produção de discursos e práticas que tentam circunscrever o perigo através de alguma definição clara.

Esse tipo de demarcação é algo muito utilizado pela imprensa. Todos os dias podemos compor (ou já aparecem compostas) listas de pessoas ou lugares que emanam essa periculosidade. Essa estratégia preventiva faz com que as notícias sobre a violência estejam inseridas em um amplo processo de administração de riscos e, logo, de medos.

Temos, portanto, uma relação muito evidente entre prevenção e violência que, se formos além, é produzida pela concepção de que o indivíduo passa a ser reconhecido como tal quando se torna vítima. Porém, não necessariamente uma vítima direta do ato criminoso, mas alguém que compartilhe o sentimento de insegurança, de angústia, de ser alvo de algo que não sabe de onde vem.

A sistemática de reconhecimento ou de identificação de riscos implica também uma sistemática de reconhecimento do indivíduo como vítima. Esse processo de vitimização generalizada faz com que todos reivindiquem o tempo inteiro mais segurança, diante desse sentimento de insegurança sempre presente. Os indivíduos

²⁴ Apesar de se basear na pesquisa do Cesec, a reportagem não respeita criteriosamente as sete categorias estabelecidas, utilizando, em alguns casos, o mesmo ícone para expressar crimes diferentes. Além disso, nem todos os ícones estão presentes em cada região apresentada. Há mapas, como o do Centro, em que apenas dois ícones representam os crimes, enquanto que em mapas como o da Barra da Tijuca, seis ícones se espalham pela cartografia.

pedem ao Estado proteção cada vez mais forte; a um Estado que tem cada vez mais carências (Jeudy, 1994:71).

Esse discurso que focaliza o risco retira da arena do debate outras formas de interpretar a problemática da segurança pública, centralizando a significação no pânico e no medo. Há um apagamento da cidade fragmentada e, com isso, o aparecimento de uma escrita da violência, que nos é representada como onipresente, descontrolada e repetitiva. Nos territórios desses mapas há um desequilíbrio entre duas paixões que marcam o ser humano: o medo toma conta do espaço e do tempo, deixando a esperança esmagada na forma de um apelo transcendente que busca a salvação através da apologia de uma institucionalidade autoritária.

Por esse viés, “a geografia da violência” que está delineada por mapas que localizam os riscos nos bairros cariocas é um artifício que articula elementos que vão além das fronteiras que eles representam: a vitimização, a gestão de riscos, o estado de alerta generalizado, a idéia de emergência. Isso mobiliza e põe em funcionamento este imaginário da prevenção, que usa o medo como argumento para convencer.

Porém, isto é um sistema perigoso, pois funciona de acordo com uma lógica de controle social que pretende defender certos ideais humanistas, mas que, na verdade, apenas cria uma simplificação: um conflito entre o bem e mal. Essa divisão autoriza, também simbolicamente, a atuação da faceta policial que envolve a idéia de proteção e prevenção. A partir do momento que indivíduos são considerados um risco, eles passam, conseqüentemente, a ser objetos de controle. É preciso, dessa forma, que alguém ou alguma instância cumpra esse papel de vigiá-los.

Precisamos ter uma certa distância crítica em relação a esse retorno do moralismo atualmente. Ele é “tranquilizador”, claro. Ficamos muito contentes em poder distinguir entre o bem e o mal, ver as coisas claras e parar essa máquina mediática infernal, essa máquina de horror e morte. [...] O problema é que o moralismo talvez inspire segurança, mas, ao mesmo tempo, é uma forma de se entrincheirar nesses valores seguros. Determinar a ordem social perfeita a partir de um “mapa” ou de uma “carta” evoca, para mim, a possibilidade de uma regressão mortal (Jeudy, 1994:77).

A estrutura do mapa combinada aos relatos testemunhais e às estatísticas, em “Geografia da violência”, produz menos uma “realidade da violência” e mais

uma legitimação da atuação autoritária, pois há uma relativa independência entre o medo genérico da criminalidade e as possibilidades reais de vitimização. O medo da criminalidade não é exatamente influenciado pela experiência da violência (Baratta, 1994:16). É um discurso que atua ativamente na construção política da sociabilidade urbana.

3.2.2. Relatos testemunhais

Em cada edição da série, há a foto de uma testemunha que fala sobre alguma violência que sofreu no bairro em que mora, trabalha ou transita. O curioso nessa estratégia não é propriamente o destaque da fala de uma personagem – isso é uma prática comum na construção da notícia –, mas a forma gráfica como é feita. Ao invés de alinhar o texto e seguir um padrão tipográfico, os jornalistas optaram por diagramar as palavras de uma forma desalinhada e com variações no tamanho das fontes.



FIGURA 6²⁵

Com uma mancha sobreposta à fotografia da testemunha, um grande colchete delimita o espaço em que as palavras flutuam. As palavras da citação

²⁵ *O Globo*, 15/05/06, p. 14.

parecem estar em movimento e suscitando combinações diversas, não restritas à própria ordenação da frase. As linhas invisíveis que delimitam o alinhamento das palavras nas colunas dos jornais – como pautas de um caderno – são utilizadas de forma não-regular. Apesar de existirem, perdem a força de organização das palavras, pois as linhas deixam de ser paralelas e tornam-se convergentes ou divergentes. As frases passam a se distanciar e se aproximar e, assim, criam um olhar diferente em relação ao mesmo conteúdo (que foi retirado do texto da reportagem).



FIGURA 7²⁶

Esse tipo de diagramação lembra-nos, de certa forma, as representações de mensagens anônimas no cinema, quando vítimas recebem cartas em que frases elípticas são compostas por diversas palavras recortadas de jornais e revistas, com diferentes cores e formatos tipográficos. Cria-se, assim, uma impossibilidade de rastrear a origem de tal mensagem; mas cria-se, também, a idéia de que se pode articular um limitado vocabulário de várias maneiras. E é isso o que, por um certo olhar, acontece nas representações jornalísticas da violência. Há uma incansável repetição de temas e formas de narrar através de um vocabulário da violência, que é, propriamente, um imaginário da violência, que está, por sua vez, costumeiramente associado ao medo.

As narrativas de crimes violentos são um tipo específico de representação que gera um tipo de conhecimento. Elas tentam estabelecer uma ordem num universo que

²⁶ *O Globo*, 15/05/06, p. 15.

parece ter perdido o sentido. Em meio aos sentimentos caóticos associados à difusão da violência no espaço da cidade, essas narrativas representam esforços de restabelecer ordem e significado. Ao contrário da experiência do crime, que rompe o significado e desorganiza o mundo, a fala do crime simbolicamente o reorganiza ao tentar restabelecer um quadro estático do mundo (Caldeira, 2003:28).

O conhecimento gerado pelas narrativas de crimes violentos é, se podemos redimensionar, o equivalente ao que estamos chamando de imaginário do medo. Essa forma de dar sentido ao espaço urbano através dos simbolismos ligados à violência. No caso do jornal, podemos fazer uma leitura através das estratégias de enunciação das reportagens. A diversidade tipográfica das citações destacadas, como nos exemplos acima, não chega a ser a cada palavra ou letra, mas a cada linha. Fontes diferentes, com tamanhos diferentes, desalinhadas, por cima de uma fotografia: o próprio vocabulário da violência suscita uma idéia de desordem, que o jornal representa como mapa estático da cidade.

Essa imobilidade que os mapas sugerem tem, por outro lado, uma íntima relação com as estatísticas que formam a base da pesquisa e da série de reportagens. Os números estatísticos são resultados de técnicas que foram pensadas para gerar um tipo de conhecimento baseado na matemática, que é ciência abstrata, e que, por isso, necessita, inexoravelmente, de um narrador que as interprete. Os números que resultaram da pesquisa focalizaram os parâmetros que pudessem indicar aumentos e declínios, mas, principalmente, a regularidade nos números.

A regularidade e a constância são tanto para a estatística como para a imprensa diária valores muito prezados. Com isso queremos dizer que a repetição faz parte, com funções diferenciadas, da linguagem de ambas as formas de conhecimento: imprensa e estatística. Assim, ao articular os números da violência urbana em determinada região da cidade com os testemunhos de cidadãos, a série “Geografia da violência” faz uso, se podemos arriscar, da mesma estratégia da técnica estatística que mencionamos.

Os testemunhos destacados são aqueles que podemos ler quase todos os dias nas páginas dos jornais. Se colecionássemos as edições diárias e resolvêssemos montar um outro texto com os recortes dos testemunhos que mais se repetem, estaríamos simbolizando uma rotina da cidade e corroborando a regularidade (que, na prática, não tem nada de regular) que a estatística toma como objetivo.

Assim, no par testemunho/estatística, notamos uma hierarquia que os concebe. Como formas de conhecimento, são perspectivas que estão muito distantes entre si. O testemunho está associado à individualização, à primeira pessoa, que nos remete a uma temporalidade de performance. No outro termo do par, temos a estatística, que tem a perspectiva das estruturas, das repetições, da totalização.

Diante disto, podemos notar que há uma complexa relação nesse processo de reportar a fala de vítimas de crimes. Se, como nos mostra Teresa Caldeira, a fala do crime²⁷ reorganiza simbolicamente um universo que foi desordenado, a narrativa de “Geografia da violência”, na posição de macrotestemunha, é que assume o papel de instância reorganizadora de um universo que perdeu o sentido. As palavras desalinhasdas das citações são uma forma de enunciar a própria desordem do testemunho em primeira pessoa como expressão instauradora de significado. “O quadro estático do mundo” é transferido da fala para o mapa, da narrativa para os números.

A enumeração da violência torna-se, então, a narração possível da cidade, que é representada seguindo uma lógica balizada pelas estatísticas que mensuram os crimes. Elas ditam as vozes, regulam a *guerra de relatos* e criam as personagens – exemplos que se adéquam às suas verdades.

Os números assumem a função de ordem ampla que precisa ser nomeada e delimitada de forma estática. Os mapas das regiões presentes em “Geografia da violência” traduzem essa tentativa de materializar, narrar e, conseqüentemente, dar significado às estatísticas. Essas cartografias dos perigos da cidade ganham um destaque diferenciado nesta série de reportagens, pois são imagens centrais da articulação de um olhar macro em relação ao espaço urbano.

²⁷ Esta expressão está relacionada às narrativas orais pesquisadas por Teresa Caldeira e que resultou no livro *Cidade de muros* (2003).

3.2.3. A rubrica

Há vários elementos gráficos que são usados para compor a diagramação da série, fugindo ao padrão do jornal. A utilização da rubrica “Geografia da violência”, por exemplo, é fundamental para a organização da série, pois destaca o conjunto de reportagens em meio às notícias variadas sobre o cotidiano. A rubrica é estilizada, com três linhas que riscam as palavras “Geografia da violência”, e que remetem a uma bala de fuzil, dando a impressão de que a trajetória da bala atravessou a expressão-título, simbolizando o movimento, a velocidade.



FIGURA 8²⁸

A munição torna-se o ícone de um tipo de violência que é visível e que, assim como os relatos, atravessa a geografia da cidade. Seja perdendo-se (através do discurso da “bala perdida”) ou localizando (“Geografia da violência”), a bala utilizada em armas de fogo é uma imagem que funciona como síntese do medo e da insegurança. Ao riscar a própria escrita da geografia, atravessando-a, a bala de fuzil atesta a onipresença do risco no espaço da cidade. O risco na escrita (rubrica) está em articulação com o risco de viver na cidade.

A simbologia da bala perdida nos remete justamente à “não-geografia” da violência, pois o desconhecimento da origem do disparo é a própria possibilidade de formular conjecturas que identificam atores e territórios de onde a violência surge e onde está localizada. Assim, a bala é perdida (de acordo com o sentido utilizado pelos jornais) pois atingiu um alvo que não era meta.

O sentido ambíguo da expressão nos faz pensar que a bala pode ser o sujeito da ação ([A] bala [está] perdida) ou, ainda, ser paciente ([A] bala [foi] perdida [por alguém]). Em ambos os casos, a munição é a principal preocupação, pois o perpetrador da ação está ausente ou indefinido. Essa *não-definição* do sujeito da violência está, nesta série de reportagens, em articulação com a *definição* da geografia do crime nos bairros do Rio de Janeiro.

²⁸ *O Globo*, 15/05/06, p. 14.

Esse mapeamento geográfico, baseado nos números, individualiza quando focaliza os relatos testemunhais das vítimas e generaliza quando menciona os atores da violência. O crime torna-se acaso: sem objetivo, justificativa ou circunstâncias claramente definidas. Despersonalizada, a criminalidade é narrada como uma instituição imaginária que é responsável pelo mal que assombra as ruas e que não respeita fronteiras: ela é onipresente. Conseqüentemente, temos essa “certeza do risco” através da soma – imaginada e produzida através da estatística – do conjunto de crimes violentos registrados nos órgãos envolvidos com a segurança pública no Rio de Janeiro.

A rubrica da série atua, como forma de enunciação, em conjunto com os títulos das reportagens, que focalizam essa onipresença e regularidade do risco em toda a cidade. As reportagens são precedidas por títulos relacionados ao medo, perigo e repetição regular: “Onde o perigo bate ponto”, “Um lugar onde o ladrão rouba, foge e volta”, “Medo a pé ou de carro na Barra”, “Conheça as áreas de risco”, “Os 77 pontos mais perigosos”, “Medo do outro lado da baía”, “De olho no trânsito e no ladrão”. Essas frases, e o próprio texto da série, repetem e recriam um vocabulário que, não necessariamente relacionado à violência, dá sentido a ela.



FIGURA 9²⁹

²⁹ *O Globo*, 15/05/06, p. 14.

FIGURA 10³⁰

Essa ênfase no risco é, quase sempre, acompanhada do discurso “científico”, que o atesta como “verdade evidente”. A estatística ocupa nos jornais um importante lastro simbólico que possibilita o desenvolvimento de uma mitificação do risco e do medo, pois produz fatos através de uma lógica que lhe é própria³¹. A criminalidade é monitorada em seu nível macro e um aumento ou uma diminuição tornam-se fatos, tão concretos quanto qualquer outro.

A bala perdida, como símbolo dessa onipresença (somos lembrados de que em qualquer circunstância poderemos ser atingidos por ela), é desestabilizadora de fronteiras. Nessa “Geografia da violência”, o mapa delimita³² e a bala atravessa; assim como, em outro âmbito, a lei do Estado delimita e as relações sociais

³⁰ *O Globo*, 16/05/06, p. 19.

³¹ “A observação estatística é um ‘processo de produção de fatos’. Contudo, é preciso não subestimar a dificuldade de leitura proveniente da própria relação entre fatos e realidade: ‘...os fatos observados nunca são a realidade verdadeira, mas uma certa imagem desta realidade’. Tais observações fundamentam a elaboração de uma crítica à objetividade e à falsa interpretação que os *técnicos* e *práticos* têm de si mesmos e da ‘realidade’. Não se trata, certamente, de levantar problemas relativos à confiabilidade de dados, mas de refletir sobre questões referentes à significação dos dados. O conhecimento produzido por um conjunto de técnicas não é absoluto e, além disso, ‘é condicionado pelos objetivos e pela linguagem da organização’. Em outros termos, o conhecimento não corresponde absolutamente à realidade da qual os dados são provenientes” (Hissa, 2002:204).

³² “O território denomina-se, mostra-se ou materializa-se numa imagem dentro de um jogo de operações simbólicas nas quais, por sua própria natureza, situa seus conteúdos e marca seus limites. Assim nasceu a “cartografia física” que corresponde ao levantamento de mapas por parte dos funcionários governamentais ou de técnicos peritos em desenho em relação aos limites oficiais ou reconhecidos legalmente por uma comunidade, chama-se país, estado, cidade ou município” (Silva, 2001:24).

atravessam as fronteiras. Em outros termos, a escrita divide, delimita, e as práticas sociais riscam, borram e, por vezes, tornam a fronteira ilegível.

Nessa perspectiva, através desse imaginário da violência podemos levantar questões que são pouco discutidas na imprensa quando o assunto é segurança pública. A vulgarização da (d)eficiência da repressão policial deixa o debate anêmico e propício para a disseminação do pânico – um medo que paralisa as pessoas e produz uma sociedade reacionária e autoritária. Questões fundamentais que vão além do aparato policial passam ao largo do enfoque tópico-hepidérmico da complexa questão da violência no Brasil.

Os limites que são impostos pela lei escrita, por exemplo, balizam os procedimentos da burocracia e da ordem pública. No entanto, há algo nas relações sociais brasileiras que atravessa essa fronteira da lei, do texto ou mesmo do mapa: a indefinição entre as esferas pública e privada³³. Essa “não-geografia” das duas esferas, ou melhor, uma geografia que não distingue claramente a fronteira e o limite³⁴, é, em um âmbito menos visível do que a violência que nos mostram os jornais, o lastro do imaginário do medo na forma como o lemos nas reportagens.

Assim, quando mencionada, a “bala perdida”, muito utilizada para justificar o autoritarismo que caracteriza a sociedade brasileira, é uma forma de falar, produzir e disseminar o medo, pois não respeita geografia alguma, ela atravessa qualquer limite ou fronteira, assim como mencionamos em relação à sociabilidade no Brasil. A expressão torna-se, nessa perspectiva, justificativa para a manutenção de uma ordem discursiva que propõe a violação e a transgressão da lei ao invés da contestação ou da transformação mais ampla da sociedade, ou seja, a manutenção de uma ordem social que é altamente segregada e autoritária.

³³ Segundo Marilena Chauí, a sociedade brasileira seria uma sociedade em que “o autoritarismo é social ou a forma mesma da estrutura da sociedade. *É a estrutura do campo social e do campo político que se encontra determinada pela indistinção entre o público e o privado*”. Ou ainda: “É uma sociedade, conseqüentemente, na qual a esfera pública nunca chega a constituir-se como pública, definida sempre e imediatamente pelas exigências do espaço privado, de sorte que a vontade e o arbítrio são as marcas dos governos e das instituições ‘públicas’”. (Chauí, 2006:106).

³⁴ Essa ambigüidade é uma questão que foi central no pensamento de diversos autores que tentaram produzir uma interpretação da sociedade brasileira. Muitos enfatizam a figura do malandro como síntese dessa forma de relação social com a lei, tanto valorizando quanto criticando. Luiz Eduardo Soares aponta: “Em sua versão minimalista e benigna, a valorização da malandragem corresponde ao elogio da criatividade adaptativa e da predominância da especificidade das circunstâncias e das relações pessoais sobre a frieza reducionista e generalizante da lei, cuja aplicação mecânica às vezes produz efeitos perversos e desrespeita singularidades, que fazem toda a diferença. Em sua versão maximalista e maligna, porém, a valorização da

A violação da lei sem o intuito de contestá-la tem essa íntima ligação com a prevalência de interesses particulares nos domínios públicos: a lei ou a regra são seguidas de acordo com as circunstâncias, ou seja, não são encaradas como imperativas. Isso evidencia que não há, em linhas gerais, qualquer identificação entre a lei e o cidadão, caracterizando, segundo Marilena Chauí, uma sociedade cujo regime político é autoritário.

Dirão muitos que um regime político é livre ou republicano quando nele os cidadãos agem em conformidade com a lei porque se reconhecem como origem ou como autores das leis segundo seus direitos; e será tirânico o regime político no qual os cidadãos obedecem às leis por medo dos castigos, sendo por isso tomados como escravos, uma vez que, perante o direito, é escravo aquele que vive sob o poder de outro homem e realiza os desejos de outrem como se fossem os seus próprios (Chauí, 2006:97).

No caso da violência urbana, a bala perdida é, se podemos continuar com a analogia, símbolo da perspectiva que prefere obnubilar causas e focalizar conseqüências. Não é à toa que o aparato policial repressivo é usualmente o eixo pelo qual os textos jornalísticos (e outros mais) abordam a questão da segurança pública. A complexidade do controle da violência é resumida à eficiência ou não do aparelho repressor comandado pelo Estado, quando, na verdade, a questão passa por âmbitos outros.

Um exemplo corriqueiro disso é o “debate” que coloca em pauta o desrespeito às regras de trânsito em função do risco de sofrer um assalto³⁵. A criminalidade é tida como institucionalmente incontrolável e que cada cidadão passa a ser responsável pelas conseqüências dessa onipresença da violência, forçando uma “flexibilização” (como eufemismo para impunidade) das leis.

Mas, entretanto, não se trata de uma flexibilização para todos. Ao cruzar a cidade, a bala evoca a reprodução de um discurso que é fundamental na nossa

malandragem equivale à negação dos princípios elementares de justiça, como a igualdade perante a lei, e ao descrédito das instituições democráticas” (Soares, 2000:25).

³⁵ “RIO - O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro (OAB-RJ), Wadih Damous, anunciou nesta sexta-feira que a entidade está disposta a ir ao Judiciário requerer a anulação dos atos administrativos da Secretaria Municipal de Transportes do Rio, que mantém ligadas as lombadas eletrônicas e pardais durante a madrugada em trechos com alto risco de assaltos na cidade. [...] O assalto que terminou com o ortopedista Lídio Toledo Filho e sua mulher baleados no Alto da Boa Vista trouxe à tona a dúvida sobre a eficácia dos pardais, pelo menos no que diz respeito à segurança. Dezenas de leitores do *Globo Online* e do jornal 'O Globo' reclamaram do perigo de passar durante a noite pelos radares que forçam a redução de velocidade a até apenas 40km/h, principalmente em áreas desertas e de risco. Para grande parte desses

sociedade: “a transgressão popular é violentamente reprimida e punida, enquanto a violação pelos grandes e poderosos sempre permanece impune” (Chauí, 2006:105). A tensão de ser atingido por um disparo é aliviada pelo “direito” de transgredir, que, por sua vez, é justificado pelo imaginário urbano do medo relacionado ao risco da violência³⁶.

Essa busca constante pelas conseqüências é, para Roland Barthes, uma das características principais do *fait divers*³⁷. Essa forma de abordar o cotidiano tem como princípio a descontextualização dos fatos, pois estes estão desvinculados de suas causas e, por isso, tendem a causar espanto, pânico e medo. A temporalidade enfatizada não é aquela histórica, que prioriza causas e conseqüências, dando dimensões macro para o problema. Ao invés disso, o enfoque recai majoritariamente sobre o acontecimento pontual, micro, carente de historicidade ou causas explícitas. Neste sentido, a temporalidade do *fait divers* tem mais características de performance do que, propriamente, de pedagogia, ou seja, mais fragmentada e repetitiva, do que continuísta e cumulativa³⁸.

O *fait divers*, nessa perspectiva, é a impossibilidade da explicação racional do crime, criando uma indefinição e uma incerteza³⁹ que potencializa as interferências do imaginário do medo nas práticas da cidade, como afirma Teresa Caldeira ao analisar o crescimento da utilização de segurança privada e aparatos

leitores, para evitar assaltos, a solução seria desligar esses equipamentos das 22h às 6h” (www.oglobo.com.br, acessado em 7/01/08).

³⁶ Um dos muitos cálculos que repetem os riscos da violência: “A pedido de Veja, o diretor do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (UFF), Ronaldo Leão, calculou as trajetórias possíveis desse tipo de disparo [disparar uma arma de fogo para o alto] e suas conseqüências. [...] Um revólver calibre 38 é capaz de disparar balas a uma velocidade média de 1000 quilômetros por hora. Num ângulo de 90 graus, o projétil sobe 500 metros e volta ao chão a 400 quilômetros por hora. É o bastante para perfurar o corpo humano. Se atinge a cabeça, o pescoço ou o tronco até a altura do abdômen, pode ser fatal. Quando o tiro é disparado a 90 graus, a bala pode cair em qualquer lugar numa raio de 10 metros. Mas, se a arma estiver levemente inclinada, a 80 graus, por exemplo, o projétil cairá a até 70 metros. Dependendo da inclinação, fuzis do tipo AR-15, FAL ou AK-47, que são utilizados pelos traficantes cariocas, podem atingir pessoas a mais de 1 quilômetro de distância. Em 2006, 205 pessoas foram feridas por balas perdidas no Rio. A esmagadora maioria foi vítima de confrontos armados entre policiais e bandidos, e não de tiros dados para cima” (Veja, edição 2042, ano 41, n. 1, p. 65).

³⁷ “Os casos puros “e exemplares” [de *fait divers*] são constituídos pelas perturbações da causalidade, sem deixar de ser afirmada, contém já um germe de degradação; como se a causalidade não pudesse ser consumida senão quando começa a apodrecer, a desfazer-se. Não há *fait divers* sem espanto” (Barthes, 1970:60).

³⁸ Aproprio-me, aqui, de dois conceitos mobilizados por Homi Bhabha para analisar as temporalidades de são utilizadas para narrar a idéia de nação (Bhabha, 1998:207).

³⁹ Segundo Bauman, essa incerteza é o que chamamos de medo: “Medo é o nome que damos a nossa incerteza: a nossa ignorância da ameaça e do que há para ser feito – o que pode ou não pode – para deter isso em seu caminho – isto está além do nosso alcance” (Bauman, 2006a:2) [tradução livre].

de segregação em referência ao aumento da criminalidade na cidade de São Paulo (Caldeira, 2003).

Assim, o medo contemporâneo vai tomando outras direções em relação ao passado das sociedades. Se o medo era uma paixão que possibilitava uma união política através da racionalidade, hoje, nas grandes cidades, constatamos que a mobilização que ele provoca não tem mais esse caráter racional. Adauto Novaes comenta:

O medo era considerado uma paixão que poderia ser racionalizada e até se tornar auxiliar da razão. Podemos pensar na teoria de Hobbes que, no século XVII, via o medo como um sentimento que obrigava os homens a se unir, que fundava uma racionalidade política. No fundo, o medo empurrava as pessoas para a razão. Mas agora é um pouco diferente. O sentimento do terror é posto como algo que impõe limites ao poder de racionalização. Hoje, não se tem muito a tendência a buscar estabelecer uma relação de causa. É como se, em vez de procurar a causa particular do mal, na base houvesse algo irredutível (*O Globo*, Prosa e verso, 14/08/04, p. 2).

Esse imaginário do medo produzido pelas reportagens sobre crimes violentos segue essa tendência de focalizar as emoções, retirando as questões de fundo, e exacerbando as performances dos conflitos, ou seja, a violência criminal que lemos todos os dias nos jornais. Quando se perde o foco nas relações lastreadas pela racionalidade, conseqüentemente, a figura fantasmagórica do medo vem à tona com toda a força, como reação à desordem provocada pela desvinculação entre causa e conseqüência.

Notamos, portanto, que as falas da violência, sejam elas imagens, testemunhos ou narrativas, aparecem de diversas formas ao longo da série analisada, mas repetidamente articulando o medo com essa falta de uma base racional-histórica para explicar a “barbárie” de forma mais ampla e complexa. O espaço urbano é mapeado, então, segundo a idéia de risco, que usa os testemunhos e as estatísticas dos crimes violentos como forma de legitimação, mas acaba exibindo um panorama marcado pela visão reacionária do medo, desestabilizando a relação de causa e conseqüência da violência criminal no Brasil urbano.